

Ata da 240ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, no dia 22 de maio de 2021, Gestão 2020-2023 –  
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.*

No dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em termo próprio, para participarem da 240ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, conforme convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 14/21, de dezessete de maio de 2021. Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o): Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria Rocha (Conselheira vice-presidente); Daniela Moller (Conselheira 2ª secretária); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Kelly Melatti (Conselheira 1ª tesoureira); Francielli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira); Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal); Priscilla Cordeiro (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente); Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); Eunice Damasceno (Conselheira 8ª Suplente); e Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente). A conselheira Emilly Tenório (Conselheira 6ª Suplente) informou que não participaria por motivo particular. Faltaram a sessão as conselheiras Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal) e Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente), no entanto, não foi informada justificativa. O conselheiro Agnaldo Knevez (Conselheiro 4º Suplente) solicitou 120 dias de licença que será apreciada neste Pleno, por isso, ausente. Também participaram do encontro de modo alternado, conforme as pautas: assessorias especiais Adriane Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite Boga; assessorias jurídicas Érika Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar; assessoria de comunicação: Rafael Werkema e Diogo Adjuto; e a trabalhadora Sandra Sempé. No dia 22 de maio, a partir das nove horas (09h), os trabalhos foram abertos pela Presidenta Elizabeth Borges que coordenou a reunião e, após cumprimentar todas as pessoas presentes, submeteu a pauta para apreciação Colegiado que a aprovou. O ponto foi aberto com os informes trazidos sobre os procedimentos realizados pelo GT Pesquisa do Perfil Profissional para a retomada por parte das professoras as análises dos dados das e dos respondentes. Também foi trazido que a professora Elizabeth Motta foi convidada e aceitou participar de debate com as conselheiras no dia 08 de junho de 2021, às 19h, quando fará um balanço dos

impactos da pandemia para o exercício profissional. Foi comentado quanto a proposta intercomissões acerca do Observatório da implantação da Lei do Serviço Social na Educação que está sendo discutido pelas conselheiras da Seguridade Social, Cofi e da Formação. Também foi informado que está sendo organizada por Beth e Carla uma proposta de cronograma para reuniões e debates, intercomissões, que deem encaminhamento as propostas dos temas que envolvem ações de mais de uma comissão do Cfess. Por fim, foi trazido o informe relacionado ao Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em que a Comissão Organizadora fez a primeira reunião com representantes Abepss e Enesso e, diante do atual contexto, discutiram quanto as viabilidades de formatos, em que foram aventadas três propostas: híbrido (presencial e remoto); itinerante e totalmente remoto, sendo este último, avaliado como mais seguro diante das incertezas provocadas pela pandemia do novo coronavírus. Diante dos debates, foi sugerido pelo Pleno que a Comissão Organizadora estude a possibilidade deste CBAS, em sendo remoto, seja totalmente gratuito, bem como discutido que uma diretriz mais geral para o evento seria debater a crise de sociabilidade e do meio ambiente e sua relação com o exercício profissional. Findo os informes foi apresentado o ponto Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) pela conselheira Mauricléia, em que foram discutidas a proposta apresentada pelo Sindicato de trabalhadores de conselhos profissionais. Sobre este tema, foram detidas apenas as cláusulas que sofrem algum tipo de alteração e as que foram incluídas, e que já foram analisadas pelas assessorias contábil e jurídica. De modo geral, há acordo com as propostas apresentadas, no entanto, se faz necessário aprofundar as análises dos impactos na linha do tempo na saúde financeira do Cfess, assim, i. sobre a recomposição das perdas salariais de inflação, temos acordo que seja com base no INPC; ii. Há acordo com a proposta de instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e foi sugerida que para constituir uma comissão de sindicância que as assessorias jurídicas possam analisar as possibilidades e sugerir um instrumento normativo que regule os procedimentos para avaliação do Colegiado; iii. Sobre solicitação de auxílio para o exercício do teletrabalho, há acordo que seja garantido aos/as trabalhadores/as, mas é necessária a definição de critérios para acesso ao referido auxílio, a partir de sua vinculação ao exercício das funções do/a trabalhador/a durante a pandemia. Também, foi solicitado consultar quais quais parâmetros definiram a proposta de e para se chegar até o valor sugerido de duzentos reais (R\$200,00); iv. Sobre a data base, há o compromisso de garantir a data-base de 1º de maio de 2021, sendo explicitado que seria ótimo garantir que as pautas econômicas sejam alcançadas nesta data e

apenas o que se refere a auxílios e contribuições não relacionadas a salário serem incluídas posteriormente; v. Sobre o Auxílio alimentação, o percentual sugerido de 23% não foi consensual na gestão, assim, foi requisitado aprofundamento da fundamentação econômica e financeira da proposta apresentada; vi. Sobre a cláusula do superávit foi proposto retirar a cláusula e dialogar no sentido de deixar nítido que o CFESS não objetiva o alcance de superávit e saldo positivo. **Encaminhamentos:** Para o processo de negociação do ACT, que a Diretoria será representada por Elaine Pelaez, Francielle Borsato, Kelly Mellati e Mauricleia Soares, que tomarão as providências necessárias para os subsídios necessários para a mesa de negociação. Findo o ponto foi iniciado o debate acerca das propostas para as etapas deliberativas 2021 que discutidas pelo grupo de trabalho (GT) instituído para planejar o evento e é composto pelas conselheiras Francielli, Maria e Mauricléia, que contam com as assessorias. O GT aponta o fato de que em razão da continuidade da Pandemia em 2022, que há impedimentos para realização de encontro presencial, logo, isso incide no fato de ser novamente consultivo ao invés de deliberativo. Também foi falado da reunião com os Regionais para tratar do assunto, dos quais 17 participaram e falaram das suas dificuldades de infraestrutura e da sobrecarga de trabalho, sendo demandado um encontro mais leve e breve. Também foi sugerido com consenso entre os Regionais entre que não sejam realizados os encontros descentralizados em 2021 e afirmado pelos Regionais que não possuem condições de encaminhar debate nas assembleias. O assessor jurídico manifestou dado o momento excepcional, que se justifica alterações nas etapas deliberativas em função do cenário que se apresenta e exemplifica que diversos órgãos estão funcionando e deliberando de modo remoto (legislativo, judiciário). Ainda que no âmbito do Conjunto que a resolução já indica essa possibilidade (previsão legal). Face o debate e argumentos suscitados, o Pleno decidiu que: i. O formato do evento será por meio remoto e consultivo, desse modo, será uma Plenária Nacional; ii. Houve acordo com a proposição dos Cress de não se realizar encontros regionais; iii. Será elaborado um instrumental com questões sobre ações realizadas e dificuldades neste contexto para envio aos Regionais; iv. Reduzir o número de dias do encontro e do tempo de duração da plenária; v. O encontro é de monitoramento, no entanto, foi indicado que a plenária que não esteja focada em planilhas e perguntas de realizado ou não realizado, mas priorize a discussão sobre temas que carecem de aprofundamento do debate e levantamento de estratégias coletivas para priorização de ações. **Encaminhamentos:** O GT elaborará o instrumental e enviará para contribuições de todas as comissões, bem como dará

prossequimento ao planejamento do evento e providencias necessária. Na sequencia, foi trazida pela **COMISSÃO DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS**, apresentação a Resolução 968, que se refere ao retorno dos prazos processuais em 24.05.21, assim foi informado que a Comissão realizou reunião com os Regionais para tratar do assunto e que os Regionais demandam estrutura e encaminhamentos administrativas para poder atender a resolução e que há uma polêmica instaurada que se refere ao uso do módulo processos da implanta, mas diante do exposto, que se sugere que o prazo seja dilatado para o mês de outubro. Diante dos argumentos e debates, o Pleno aprovou a alteração de prazo da prorrogação sugerida.

**Encaminhamentos:** Providenciar as publicações devidas e enviar ofício aos Regionais para informar quanto a dilação de prazo para outubro (responsáveis: Sylvia, Ester e Adriane). Foi apresentado o pedido de licença por um período de cento e vinte dias do conselheiro Agnaldo Knevtiz, que alega situação de saúde que traz impedimentos temporários para sua atuação na Diretoria. O Conselho Pleno acatou o pedido de licença e deliberou quanto ao reordenamento dos cargos.

**Encaminhamentos:** Publicar nos meios devidos e comunicar ao conselheiro a anuência com a licença pelo prazo solicitado (Sandra, Comunicação e Elaine). A **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL**, na sequencia, trouxe o ponto relacionado ao processo eleitoral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), assim foi dito que está em fase final das articulações e que a assembleia será realizada final do mês. Assim, a conselheira Elaine disse que tem dialogado com o conselheiro Agnaldo Knevtiz em relação ao processo eleitoral e com a representante de base Magali, que seguem nas articulações com a direção política, que foi registrado que houve um equívoco na inscrição, em que o nome de Magali Franz foi registrado como eleitora titular e de Agnaldo Knevtiz como suplente, quando deveria ter sido o contrário.

**Encaminhamentos:** Dar continuidade ao processo de articulação desse processo eleitoral (responsável: Elaine). Foi dito que Agnaldo e Magali até o momento estavam acompanhando o Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (FNDCA). Por fim, foi trazido o ponto quanto a necessidade de mobilização para as conferências de assistência social, sendo sugerida é necessário avaliar coletivamente o escopo das atividades e calendário e definir uma pauta futura de representação dessa política, por região, nomes com mais visibilidade e também de base (com renovação). Assim, foi proposta a realização de lives, produção de textos para cada eixo e vídeos do tema para chamada/mobilização de um a três minutos. Desse modo, pretende-se convidar assistentes sociais para tratar de cada eixo: política não contributiva;



Financiamento; Controle Social e sociedade civil; Gestão e acesso as proteções afiançadas; e calamidade. **Encaminhamentos:** i. Definir os nomes de profissionais a serem convidadas até a próxima quarta-feira (responsáveis: Elaine e Kelly); ii. Enviar ofício aos CRESS com os informes do CNAS e convidar para leitura dos textos (Elaine e Zenite); iii. Definir um roteiro norteador quanto aos objetivos e formatos para quem vai escrever os eixos/ementa e quantidade de caracteres (responsáveis: Elaine, Kelly e assessoria de comunicação); iv. Elaborar editorial para o site (responsáveis: Elaine e Kelly); v. Elaborar plano de comunicação e de articulação em rede com os CRESS, também considerando as conferências municipais (responsáveis: Elaine e Comissão de Comunicação). Findo esse ponto, Elizabeth Santana Borges teceu as considerações finais e, não havendo mais o que tratar, deu a mesma por encerrada com agradecimento a participação e qualidade dos debates realizados ao longo da jornada de quatro dias. Nada mais havendo a tratar, eu, Dácia Cristina Teles Costa, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

Brasília, 22 de maio de 2021.

**Maria Elizabeth Santana Borges**  
Presidente

**Dácia Cristina Teles Costa**  
1ª Secretária